

PROCESSOS HISTÓRICOS DA MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO NO ESTADO DE SÃO PAULO: REFLEXOS NA EDUCAÇÃO A PARTIR DA LEI 9394/96

ODS 4 - Educação de Qualidade

Priscila Peixoto Lopes (Universidade de Taubaté)¹
Márcia Regina de Oliveira (Universidade de Taubaté)²
Moacir José dos Santos (Universidade de Taubaté)³
Sílvia Luiz da Costa (Universidade de Taubaté)⁴

Resumo

A municipalização do ensino é o processo que consiste na migração da responsabilidade pelo ensino fundamental para as escolas das redes municipais. A implantação acontece gradualmente, a partir de acordos entre o Estado e os municípios, priorizando, os anos iniciais da etapa. Esse tema vem sendo debatido na comunidade acadêmica desde 1950 e perdura até os dias atuais. O intuito dessa pesquisa foi avaliar o processo histórico de municipalização das escolas no Estado de São Paulo a partir do recorte histórico da Lei 9394/96 até o presente, observando os seus reflexos na educação, tendo por base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O método de pesquisa aplicado foi o qualitativo exploratório com análise bibliográfica e documental. Realizou-se também uma análise da evolução do número de matrículas da rede municipal e o IDEB dos municípios do estado comparando os da rede estadual e os da rede municipal com o pior e o melhor desempenho. Os resultados obtidos revelam que uma análise apenas bibliográfica e documental não consegue por si só, demonstrar de forma específica os motivos pelos quais a municipalização do ensino no Estado de São Paulo ao longo dos anos tem reflexos na educação no que diz respeito a melhorias no IDEB de suas cidades, com a constatação da necessidade de estudos mais aprofundados incluindo outras metodologias de pesquisa para chegar a um resultado satisfatório que colabore para modelos mais eficientes.

¹ Mestranda em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. E-mail: priscila.plopes@unitau.br

² Doutora e professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté - UNITAU, Taubaté, SP - Brasil. E-mail: marcia.oliveira0308@gmail.com

³ Pós-Doutor e coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté - UNITAU, Taubaté, SP - Brasil. E-mail: moacir.jsantos@unitau.br

⁴ Doutor e professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté - UNITAU, Taubaté, SP - Brasil. E-mail: silvio.lcosta@unitau.br

Palavras-chave: História da municipalização do ensino; Municipalização do ensino no estado de São Paulo; Municipalização e IDEB

Introdução

A municipalização do ensino é o processo que consiste na migração da responsabilidade pelo ensino fundamental para as escolas das redes municipais. A implantação acontece gradualmente, a partir de acordos entre o Estado e os municípios, priorizando, os anos iniciais da etapa. Esse tema vem sendo debatido na comunidade acadêmica desde 1950 e perdura até os dias atuais.

O presente artigo pretende estudar os processos históricos da municipalização do ensino no Estado de São Paulo e seus reflexos na educação a partir da Lei 9394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A LDB estabelece no seu Artigo 1º que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

O estudo do tema torna-se relevante pois o Estado de São Paulo configura-se, segundo dados do último Censo realizado pelo IBGE no ano de 2022, em 3º lugar, empatado com o Estado do Ceará, no Ranking Nacional do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / Ensino fundamental / Anos iniciais no ano de 2021, segundo o Censo Escolar de 2021.

Na LDB os artigos 10 e 11, estabelecem os deveres dos Estados e Municípios, sendo que o Estado deve oferecer o Ensino Médio a todos que é o Município a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, podendo oferecer nos outros níveis desde que estejam atendidas plenamente as necessidades da sua área de competência.

De acordo com o Censo Escolar 2023, 49,3% das matrículas na educação básica são de escolas municipais. Em seguida, estão as redes estadual (30%), privada (19,9%) e federal (0,8%). Ao todo, foram registrados

47,3 milhões de estudantes matriculados, distribuídos em 178,5 mil escolas, considerando todas as etapas educacionais. A edição de 2023 é a mais recente da pesquisa estatística, com resultados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em fevereiro de 2024.

Para Both (1997), a defesa de uma municipalização do ensino no Brasil, compreende períodos evolutivos, nos quais este artigo visa demonstrá-los com um enfoque direcionado para o Estado de São Paulo, com o objetivo de analisar as etapas históricas que envolveram esse processo partindo da LDB de 1996 até os dias atuais.

A municipalização da educação no Brasil

A história da municipalização do ensino no Brasil percorre uma longa trajetória, segundo Gadotti (1996) iniciou-se com o fim do Estado Novo (1945) e se consolidou-se com a LDB de 1961. Ela está ligada à história da democratização política, que consagrou o princípio da descentralização. Todavia, foi só com a Lei 5692/71, promulgada sob o regime autoritário, que o princípio da municipalização do ensino fundamental teve o seu lugar na legislação, num período marcado pela prática oposta à descentralização. Em vez de ajudar os municípios, a Lei 5692/71 os penalizou.

Para Gadotti (1996) a municipalização acabou servindo para concentrar ainda mais o poder e aumentar a dependência dos municípios em relação ao Estado e à União, em função da política centralizadora do regime militar. Com o fim do regime militar em agosto de 1985, em Recife, um pequeno grupo de educadores e dirigentes metropolitanos de educação organizou um congresso nacional para discutir o ensino municipal. Iniciava-se um movimento de secretários municipais de educação que culminaria, no ano seguinte, com a criação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). A entidade iniciou uma luta pela valorização do ensino municipal, sem defender abertamente a municipalização.

Os convênios entre Estados e Municípios multiplicaram-se na década de 80, com incentivos de participação em programas e parcerias, com vistas ao transporte de alunos, a merenda escolar, as construções escolares, dando-se início a municipalização do ensino pré-escolar.

A Constituição de 1988, promulgada após a redemocratização do País, priorizou a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo. No artigo 211, parágrafo 2º, a Constituição propõe que os “municípios atuem prioritariamente no ensino fundamental e pré-escola”. Em 1996, a Secretaria da Educação de São Paulo, em parceria com o MEC, promoveu a reorganização das escolas e estabeleceu convênios com os municípios.

Durante os anos 1990, foi aprovada uma série de medidas legais que incentivaram um significativo aumento nos gastos municipais em educação (Gomes, 2008). De fato, a implementação nacional do FUNDEF, em 1998, coincide com um rápido crescimento da municipalização do ensino fundamental no Brasil. Em 1996, apenas 37 por cento dos alunos matriculados no ensino fundamental público no país frequentavam escolas municipais. O restante, 63 por cento, frequentava escolas das redes estaduais de ensino. Dez anos depois, em 2006, tal cenário havia se invertido totalmente. Os municípios passaram a atender aproximadamente 60 por cento dos alunos do país.

Para Freitas e Fernandes (2011), “os avanços brasileiros na efetivação do direito público subjetivo à educação têm sido obtidos num contexto de aumento da participação municipal”. A pesada sobrecarga educacional municipal é confirmada pela legislação vigente, que imputa ao município “a responsabilidade principal da oferta de 11 dos 14 anos de escolarização obrigatória” (Freitas; Fernandes, 2011, p. 557).

O estudo de Leme, Paredes e Souza (2009) procura estimar o efeito da municipalização na proficiência dos alunos. Para tanto, serve-se do número de escolas que passaram da gestão estadual para a gestão municipal como medida de descentralização e das avaliações em matemática e em língua portuguesa no MEC/INEP como medida de desempenho educacional.

Gomes (2008) analisa o processo recente de municipalização da educação fundamental no Brasil. A autora contesta a interpretação dominante de que as mudanças nas regras de financiamento da educação trazidas pelo FUNDEF seriam um fator suficiente para explicar a municipalização da educação fundamental no Brasil.

Para Anderi e Suanno (2006), a municipalização, promovida e incentivada pelo governo federal e pelos governos estaduais ao longo dos anos de 1990, contribuiu para que os municípios assumissem suas novas responsabilidades com parte da educação básica.

Souza e Faria (2003) afirmam que as estratégias de implantação da municipalização do ensino público no Brasil, vêm-se caracterizando por práticas autoritárias e centralizadoras, historicamente existentes na hierarquia das relações federativas.

Os recursos da comunidade (mensurados por meio da escolaridade média e da renda média dos moradores da localidade) e os recursos das escolas (mensurados pelo número de escolas e pelo tempo médio do trajeto até a escola) apresentam um impacto positivo, porém estatisticamente não significativo. O nível de instrução dos professores apresenta um resultado evasivo. Mostra-se positivo para as escolas de ensino fundamental e negativo para as escolas de ensino médio (Barros *et al.*, 2001).

Segundo Both (1997) a reorganização da rede de ensino funcionou como estratégia para começar o processo de municipalização do ensino. Foi só através do Decreto 40673/96 e do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município, que começou a mudar o processo de municipalização das escolas estaduais.

Both (1997), continua dizendo que a descentralização do poder, a autonomia e a gestão democrática do ensino público, desde 1988 são alicerces que sustentam a atuação do Município. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, a Emenda Constitucional 14/96, a Lei 9424/96 e o Decreto Federal 2264/97, houve um fortalecimento da descentralização do ensino. A década de 90 assistiu a uma grande modificação no cenário educacional brasileiro.

Método

Compõe este estudo analisar as etapas históricas do processo de municipalização do ensino no Estado de São Paulo a partir da Lei 9394/96, para tanto, os métodos e procedimentos usados foram pesquisa documental e bibliográfica (Marconi; Lakatos, 2017; Gil, 2008).

Os dados que auxiliaram na construção da revisão bibliográfica foram provenientes das plataformas Google acadêmico, *Scielo*, *Science Direct*, *Web of Science*, Portal de Periódicos CAPES, Dados abertos da Educação, Censo Escolar, bem como livros e documentos on-line.

Resultados e Discussão

A municipalização do ensino no Estado de São Paulo

Em 2024, foi anunciada, pela primeira vez, a municipalização de escolas de ensino fundamental no município de São Paulo, com a previsão de transferir 25 escolas no ano de 2024 e 25 em 2025, impactando 25 mil estudantes, segundo informações apresentadas pela SEDUC-SP. Ao mesmo tempo esse movimento também aparece em outros estados com a expectativa de que ocorram transferências de escolas estaduais para municípios nos estados do Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Enquanto no Espírito Santo, um TAG (Termo de Ajuste de Gestão) firmado entre o tribunal de contas do estado e prefeituras gerou reações por conta do fechamento de vagas e de escolas rurais, apresentando assim uma perspectiva da municipalização do ensino se consolidando em todo território nacional, mostrando que a municipalização é uma realidade não só no estado de São Paulo mais também em outras localidades do país.

De acordo com o Censo Escolar 2023, os municípios concentram 49,5% das 47,3 milhões de matrículas na educação básica, principalmente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental - mas nem sempre é assim, em várias unidades da federação as redes estaduais têm uma participação significativa no ensino fundamental.

Em 2023, segundo dados abertos da educação disponíveis no site da Secretaria de Educação do Governo do Estado de São Paulo, passaram a contar com rede própria, compartilhando com o Estado a gestão, o financiamento e a responsabilidade pelo Ensino Fundamental, com o objetivo de melhorar a educação de suas crianças e de receber mais recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), naquele ano 549 cidades possuíam rede municipal de ensino, contra 72 em 1995.

Para Arelaro (2021) O processo de municipalização do ensino no Brasil e no Estado de São Paulo foi e é quase exclusivamente fruto de iniciativas do Governo, visando adequar o Estado aos novos modelos de racionalidade adotados pela Administração Pública, com consequente enxugamento do aparato estatal, e não resposta a reivindicações da sociedade civil interessada em participar de forma mais ativa nas escolas e nos projetos pedagógicos que ali se desenvolvem. Essa observação se faz necessária uma vez que é comum relacionar-se providências administrativas de descentralização e municipalização do ensino com a democratização da sociedade e participação popular.

Após o término da Ditadura Militar, em 1985, com o advento do processo de democratização política Both (1997), a redistribuição das receitas públicas com o intuito de conferir autonomia financeira às unidades federativas ainda não havia solucionado integralmente a reestruturação das políticas setoriais. Contudo, esse foi um passo inaugural essencial para transpor o paradigma de gestão estatal vigente. Em geral, a falta de definição de competências, a dispersão de esforços e recursos, e as dificuldades em responsabilizar as diversas esferas executivas pela ausência ou inadequação na prestação de serviços têm sido traços marcantes do processo de descentralização no Brasil.

De qualquer forma a descentralização tem ocorrido baseado na redistribuição de receitas de um lado, e do outro, fundamentada em novos arranjos político-institucionais, com a redistribuição de competências entre as diferentes esferas do governo. O processo descentralizado tem transferido

gradativamente funções do setor político para o setor privado lucrativo, ou não lucrativo, com base na instauração de parcerias e convênios.

A partir de meados dos anos 1980, a agenda política na educação do estado de São Paulo foi focada na descentralização e autonomia das escolas como forma de promoção de uma gestão democrática pós-regime militar. Entretanto, entre os anos 1980 e 1990, houve uma mudança para um modelo de gestão estadual mais centralizado. A transição desse modelo começou na metade dos anos de 1990, com a ascensão de um movimento que defendia a modernização administrativa, gerando no planejamento educacional devido à implementação de processos descentralizadores.

Uma das principais ações que transferiram essas mudanças institucionais em São Paulo foi a transferência de escolas, professores e alunos do Ensino Fundamental I, atualmente Anos Iniciais (1º ao 4º ano) para os municípios. Historicamente, o ensino fundamental era predominantemente ministrado pelo setor público, com a Secretaria Estadual de Educação desempenhando um papel significativo, responsável por 79% das matrículas efetuadas para esse segmento educacional, dados do ano de 1995.

A rede estadual paulista em sua apresentável robustez histórica no atendimento do ensino fundamental, passou a assistir “[...] a um dos mais radicais e abruptos processos de municipalização já vivenciados no Brasil” (Oliveira, 2004), resultado do efeito combinado do FUNDEF e da política/ação municipalista do governo paulista. Durante a primeira gestão Covas (1995-1998), duas impactantes medidas foram tomadas em nível estadual paulista em proveito da municipalização do ensino fundamental: pelo Decreto Estadual nº. 40.473, de 21 de novembro de 1995, “[...] reorganizou as escolas públicas, separando as quatro primeiras séries das demais, na expectativa de que os Municípios assumissem as escolas que correspondem ao antigo primário [...]”, e mediante o Decreto Estadual nº. 40.673, de 16 de fevereiro de 1996, “[...] passou a incentivar os Municípios a estabelecerem o convênio com o Estado, objetivando a municipalização do ensino” (Oliveira; Ganzeli, 2001).

O processo de municipalização teve início em 1996 e foi marcado pela participação de um pequeno número de municípios (6,7%). No mesmo ano, o Fundef foi planejado e finalmente aprovado pelo Congresso em dezembro. Em seguida, no ano seguinte, houve um aumento significativo na municipalização, com um terço dos municípios paulistas assinando convênio com a Secretaria Estadual, antecipando-se à implantação do Fundef. Coincidentemente, 1997 foi também o ano das novas gestões eleitas. Já em 1998, ano em que o Fundef foi finalmente implementado, houve um declínio, com apenas 43 municípios aderindo à municipalização. É importante notar que nesse ano ocorreram as eleições para governador e presidente da República. Em 1999, o processo ganhou força novamente, com mais 18% dos municípios aderindo. Nos dois anos seguintes que foram analisados, houve um declínio nas adesões que chegaram a atingir apenas 6% dos municípios paulistas. Com o término desse processo, em 2021, o cenário revelava-se mais promissor, 67,9% dos municípios avançaram ao processo de municipalização e passaram a oferecer ensino fundamental; 12,7% deles já possuíam uma rede própria e mantiveram-na e 19,4%, apoiados sem uma rede municipal, segundo dados da Centro de Informações Educacionais – CIE/Secretaria de Estado da Educação de São Paulo – SEESP.

A redistribuição das responsabilidades entre os níveis de governo a partir de 1998 resultou em uma maior atuação dos municípios, que passou a ser responsável pelas matrículas do 1º ao 4º ano. Isso levou a um aumento da participação municipal na oferta educacional de 12% para 44% entre 1998 e 2000.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Adicionalmente, a Agenda 2030, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU), consiste em um plano de ação que busca fortalecer a paz, proporcionando mais liberdade, e erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, sendo um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Para Matijascic e Rolon (2019), os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas buscam assegurar os direitos humanos e alcançar a igualdade de gênero. Os ODS são objetivos integrados, indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

As questões relativas à educação que envolvem o ODS 4 são imprescindíveis visto que mais da metade das crianças e dos adolescentes de todo o mundo não atingiram os padrões básicos de proficiência em leitura e matemática. É essencial promover esforços concentrados para melhorar a qualidade da educação.

As disparidades na educação em termos de gênero, situação de domicílio (urbano-rural) e outras dimensões ainda são muito profundas, e mais investimentos em infraestrutura educacional são necessários, com destaque para os países em desenvolvimento e o ODS 10 tem como objetivo central reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. A desigualdade da renda e a distribuição da riqueza dentro dos países têm, de modo geral, crescido consideravelmente desde os anos 1980, da mesma forma que, apesar do forte crescimento da China, enfrenta-se uma ascensão da desigualdade global.

Nesse sentido, ao analisar os dados disponíveis quanto ao número de matrículas realizadas, conforme divulgado em Resultados do Censo Escolar de cada ano, nas redes municipal, estadual e privada foi observado que há uma disparidade entre as divulgações com o passar dos anos e a especificidade deles. As primeiras divulgações abertas são dos anos de 1997, 1998 e 1999, no ano de 1999 os dados são apresentados por estado da federação e por município apenas. Nos anos de 1998 e 1997 os dados começam a ser separados por rede municipal e estadual, porém não apresenta os dados por segmento, dado que é de extrema importância para este estudo, já que a municipalização do ensino dar-se-á da 1ª a 4ª série dos Anos Iniciais. O sistema de consulta os separa em dois blocos, sendo o primeiro referente aos dados de 1997 à 2014 e o segundo referente aos dados de 2015 até o último Censo realizado disponível.

A partir dos anos 2000 é possível consultar os dados por rede (municipal, estadual, federal e privada) e por segmento de ensino além de outras informações. De 2015 em diante os dados são disponibilizados consolidados por UF, por município e entre o tipo de rede, acrescentando a categorização da rede privada entre: comunitária, confessional, filantrópica e particular. Como para esse estudo não entrará na criticidade dessa categoria, todas foram reagrupadas apenas como particular.

Tabela 1: Número de Matrículas por dependência administrativa – Censo Escolar
Período (2000-2010)

Rede	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estadual	1.430.797	1.330.036	1.229.390	1.166.747	1.104.762	1.045.904	1.023.731	960.096	901.940	832.660	742.729
Federal	193	196	194	194	187	188	181	222	214	231	232
Municipal	1.184.431	1.314.169	1.437.119	1.486.147	1.533.098	1.577.196	1.681.503	1.699.702	1.699.494	1.784.156	1.742.888
Privada	374.980	373.732	375.708	381.689	390.613	398.706	422.626	446.206	472.639	485.002	502.418
Total	2.990.401	3.018.133	3.042.411	3.034.777	3.028.660	3.021.994	3.128.041	3.106.226	3.074.287	3.102.049	2.988.267

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Educacenso – Inep, 2024.

Ao analisar os dados acima, no período explicitado é possível entender que a rede estadual segue uma trajetória de queda no número de matrículas, enquanto a rede municipal vem na contramão da rede anterior citada apresentando uma crescente no número de matrículas em todos os anos, com exceção apenas para os anos de 2008 que representou um déficit de aproximadamente 208 alunos e de 2010 com uma queda ainda mais expressiva de 41.268 matrículas.

Tabela 2: Número de Matrículas por dependência administrativa – Censo Escolar
Período (2011-2020)

Rede	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estadual	702.579	653.436	623.865	640.513	627.391	616.571	609.223	617.757	621.701	614.491
Federal	215	202	190	196	208	226	230	233	227	0
Municipal	1.693.493	1.669.832	1.652.060	1.714.980	1.713.228	1.728.621	1.729.587	1.719.740	1.701.272	1.708.276
Privada	518.935	531.928	550.093	572.920	599.451	599.451	598.358	609.669	618.729	614.200
Total	2.915.222	2.855.398	2.826.208	2.928.609	2.940.278	2.944.869	2.937.398	2.947.399	2.941.929	2.936.967

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Educacenso - Inep, 2024.

Na Tabela 2, ao se comparar a primeira coluna com a primeira coluna da Tabela 1, percebe-se que o número de alunos da rede estadual caiu para pouco mais da metade, lembrando que estamos falando do intervalo de uma década e a rede municipal cresceu proporcionalmente no número de alunos de acordo com a perda da rede estadual.

O Ideb, criado em 2007, combina dois conceitos essenciais para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho em avaliações. Com base nos dados de aprovação escolar do Censo Escolar e nas médias do Saeb, o Ideb oferece uma visão sintética e facilmente compreensível da qualidade da educação, permitindo estabelecer metas para os sistemas educacionais. Com uma escala de 0 a 10, o Ideb equilibra a retenção de alunos com a qualidade do ensino, diminuindo a necessidade de melhorias conforme os resultados, o índice também é importante condutor de políticas públicas em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tem estabelecido, como meta para 2022, alcançar média 6 – valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos.

Com isso, esta pesquisa permitiu-se apurar os dados disponíveis quanto ao resultado apresentados pelos municípios paulistas comparando o resultado das escolas estaduais x escolas municipais na última medição realizada no ano de 2021.

Tabela 3: Indicadores educacionais compostos por: IDEB por município e rede de ensino - 2021

Rede	Nº total de Escolas	Nº de Escolas (1º ao 4º Ano - Fund I)	IDEB (Média)	Menor Média	Maior Média	% Escolas (-6,0)	% Escolas (=/+ Média 6,0)
Estadual	271	101	6,2	4,3 (Caconde)	8,0 (Santana da Ponte Pensa)	27,72%	72,28%
Municipal	619	519	6,2	4,9 (Arapei)	8,3 (Floreal)	40,46%	74,57%

Fonte: MEC/Inep

Notas: Não foram considerados os dados dos municípios que não apresentaram número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados fossem divulgados.

Ao analisar os dados contidos na Tabela 3, é possível validar os dados demonstrados na Tabela 2 quanto ao número cada vez menor de escolas da rede estadual que oferecem as séries do Fundamental I. No entanto, quanto a média do Ideb o número é igual para ambas as redes, já superando a média estabelecida como meta para o ano seguinte de 2022. Ao somarmos o percentual de escolas das redes com média inferior a 6,0 aproxima-se do total de 70% das unidades escolares.

Essa pesquisa julgou necessário analisar as escolas que apresentaram o menor índice de aproveitamento e as com maior índice em suas respectivas redes pretendendo entender fatores que as fizeram protagonistas tanto para uma defasagem como por seu resultado de destaque. São elas do menor para o melhor resultado: Caconde (4,3), Arapeí (4,9), Santana da Ponte Pensa (8,0) e Floreal (8,3).

O município de Caconde fica localizado a 290 km da capital e faz limite com cidades do Sul de Minas Gerais, a sua população aproximada segundo dados do Censo 2022 é de 17 mil habitantes. É considerado uma estância turística climática e com isso recebe uma verba diferenciada para investimento no turismo local, com PIB per capita, segundo dados de 2021 é de R\$ 30.182,07. A sua rede de escolas conta com 9 unidades, sendo elas de rede estadual, municipal, privada e de educação especial. Sendo que dessas apenas duas participaram da amostragem exposta na Tabela 3, uma da rede estadual e uma

da rede municipal. Em Caconde é possível ver de forma bem específica a diferença entre a pontuação das escolas, a unidade da rede municipal apresentou Ideb igual a 6,7, já a da rede estadual 4,3 a qual colocou o município com pior média das escolas da rede estadual.

Em Arapeí, município localizado ao leste do Estado de São Paulo, na microrregião de Bananal, cujo a população não ultrapassava 2300 habitantes em 2022, destaca-se pela vocação no turismo Rural, ecoturismo e turismo Histórico-Cultural, com PIB per capita de R\$18.584,03. Registrou em 2021 o total de 320 matrículas para o ensino fundamental, sendo 5 escolas de ensino público, porém apenas uma do ensino fundamental que apresentou dados no Ideb de 2021, resultando na pior média do ensino estadual no Estado de São Paulo (4,9).

A cidade de Santana da Ponte Pensa, está localizada a 697km da capital e sua população não chega a 1500 habitantes, só recebeu o status de município em 1965. Está mais próxima de Goiás do que da capital, tem como característica o ecoturismo, com PIB per capita de R\$ R\$ 25.564,24. Apresentou a 2ª melhor média do Ideb no estado, 8,0, com duas unidades escolares, sendo que apenas uma com dados a serem apresentados.

Destacando-se como a melhor média entre as escolas da rede municipal, a cidade de Floreal 8,3, está localizada a 522km da capital, próxima de cidades como São José do Rio Preto e Votuporanga. A população chega 2.700 habitantes, com renda per capita de R\$ 28.393,24. Conta com apenas 2 escolas do Ensino Fundamental I.

Dos quatro municípios estudados Santana da Ponte Pensa apresenta 100% dos estudantes de 6 a 14 anos escolarizados, seguida de Arapeí com 98,7%, Caconde 97,7% e Floreal 96,2%.

Considerações finais

Após a análise dos dados disponíveis não foi possível identificar de forma exata o que levou os municípios a destacarem-se ou apresentarem resultados deficitários em relação as médias do Ideb, seria necessário aprofundar a pesquisa e incluir outras metodologias que corroborassem para o entendimento

mais aprofundado da realidade dos municípios e da condução da gestão das unidades escolares para identificar os pontos fortes e os pontos a serem desenvolvidos.

O maior município em população é o de Caconde e o que apresentou a pior média ao lado de Arapeí que é o menor em população e apresentou a 2ª pior média, sendo ambos com distância inferior a 300km da capital paulista.

Entre os municípios com melhor desempenho, Floreal tem o dobro de número de habitantes que Santana e ambos com mais de 500km de distância de São Paulo-capital.

Há também uma similaridade entre a renda per capita das cidades, com média de 25 mil reais, destoando o município de Caconde com a maior renda e o município de Arapeí com a menor entre elas. Levando em consideração que a Constituição Federal determina que estados e municípios devem investir em educação pelo menos 25% de sua arrecadação com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), esse dado poderá ser aprofundado para próximas pesquisas averiguando de que forma os municípios estão direcionando os seus investimentos para a melhoria na educação local.

Podemos considerar que a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo, assim como afirma (Martins, 2003) [...] atinge municípios de pequeno, médio e grande porte com capacidade fiscal, administrativa, perfil político-partidário e cobertura do ensino fundamental totalmente diferentes entre si, [não temos] apenas um processo de municipalização, mas vários.

Sendo assim, entendemos que a municipalização do ensino fundamental, como observamos nos quatro municípios aqui analisados, é um processo que depende da realidade de cada município.

Os resultados obtidos revelam que uma análise apenas bibliográfica e documental não consegue por si só, demonstrar de forma específica os motivos pelos quais a municipalização do ensino no Estado de São Paulo ao longo dos anos tem reflexos na educação no que diz respeito a melhorias no Ideb de suas cidades, abrindo então para estudos mais aprofundados incluindo outras

metodologias de pesquisa para chegar a um resultado satisfatório que colabore para modelos mais eficientes, sendo assim para garantir o cumprimento das metas relativas ao ODS 4 -Educação de Qualidade, oportunizando o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, no seu subitem 4.1 que indica garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes será necessário uma ação conjunta do Estado e de seus municípios para traçar e monitorar medidas que colaborem efetivamente para o alcance desses objetivos levando em conta que restam apenas 6 anos para o cumprimento da meta até o ano de 2030 conforme estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Referências

ALMEIDA SILVA, A. **Municipalização do ensino fundamental: De Anísio Teixeira aos embates contemporâneos.** Sitientibus, n. 21, 2023.

ANDREWS, CW; VRIES, MSD Pobreza e municipalização da educação: análise dos resultados do IDEB (2005-2009). **Cadernos de Pesquisas**, v. 147, pág. 826–847, 2012.

AZANHA, JMP **Uma ideia sobre a municipalização do ensino. Estudos Avançados**, v. 12, pág. 61–68, 1991.

BARBIERI, AMÉLIA. A intersectorialidade nas políticas brasileiras de educação: a articulação setorial no Programa Saúde na Escola. 2017. **Educação Unisinos**, vol. 21, núm. 2. 2015.

BOTH, IVO, **Municipalização da educação: uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental.** São Paulo, Papirus Editora, 1997.

ESPOSITO, Í. R.; NASCENTE, RMM. Características do processo de municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo. **Revista Educação e Linguagens**, v. 22, pág. 140–164, 2022.

FARENZENA, NALÚ. **A Política de Fundos e as Responsabilidades Federativas pela Oferta de Educação Básica.** 2010. V.10 Seção Temática: Balanço do Fundeb Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

FREITAS, D. N. T.; FERNANDES, M. D. E. Educação municipal e efetivação do direito à educação. **Ensaio: avaliação. política. pública.** Educação., Rio de Janeiro, v.19, n.72, p. 555-574, jul./set. 2011.

GADOTTI, MOACIR. **Da municipalização do ensino ao sistema único e descentralização da educação básica.** 2002 Autonomia da escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002.

GANZELLI, PEDRO. **Regime de colaboração: o caso em três municípios da região metropolitana de Campinas.** 2013 Universidade Estadual de Campinas. Eixo 1 – Políticas públicas, financiamento, avaliação e gestão da educação. 15 páginas. FAPESP.

MARTINS, ANGELA. Uma análise da municipalização do ensino no Estado de São Paulo. 2003, nº120, **Cadernos de Pesquisa**, Universidade Católica de Santos, 2003.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Educação de qualidade.

Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>>.

VILELA E RIBEIRO, CLAUDIA. Municipalidade e Municipalização da Educação Primária no Brasil. **Revista Horizontes**, v. 29, n. 2, 2011, Universidade Federal de Uberlândia, 2011.